

ACIDENTE PESSOAL, SUICÍDIO E ATO PERIGOSO IMOTIVADO: estudo tópico de direito securitário

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO*

*Procurador do Estado e professor de Direito Econômico no Curso
de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Sumário:

1. O contrato de seguro de acidentes pessoais. 2. Limitação contratual dos riscos assumidos pelo segurador. 3. A exclusão de certos riscos: o suicídio e o ato perigoso imotivado. 4. A Súmula 105 do STF.

1 - O Seguro de Acidentes Pessoais

1.1 O contrato de seguro em geral está conceituado no art. 1.432 do Código Civil Brasileiro (C. Civ.) como sendo aquele através do qual uma das partes, o segurador, mediante o pagamento de determinado prêmio, se obriga a indenizar a outra parte, o segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato. É possível que por trás dessa nossa conceituação legal esteja o art. 242 do Código Holandês, que define o contrato de seguro em termos bastante aproximados dos adotados em nosso Código⁽¹⁾.

1.2 O dispositivo legal brasileiro é, contudo, mais especificativo do que o seu provável modelo holandês, uma vez que o art. 1.432 do C. Civ. fecha a conceituação do contrato de seguro, dizendo que o dever do segurador indenizar o segurado está limitado aos riscos futuros "previstos no contrato".

⁽¹⁾ CLÓVIS BEVILÁQUA, Direito das Obrigações, Editora Rio, 1977, edição histórica, pág. 383, § 164.

1.3 Em reforço a essa dicção legal da previsão dos riscos assumidos pelo segurador, há o art. 1.460 do C. Civ. estabelecendo que "quando a apólice limitar ou particularizar os riscos do seguro não responderá por outros o segurador". Evidentemente a limitação da responsabilidade do segurador aos riscos previstos no contrato já estava definida no art. 1.432 do C. Civ., o que levou CARVALHO SANTOS a afirmar que era supérfluo o referido art. 1.460 do C. Civ.⁽²⁾

1.4 Para o grande tratadista brasileiro, era suficiente o art. 1.432 do CCiv.:

A responsabilidade do segurador fica restrita ao risco assumido, isto é, ao risco previsto no contrato. Nem outra coisa poder-se-á deduzir dos termos do artigo 1.423, ao conceituar o seguro, quando se refere à obrigação de indenizar-lhe o prejuízo resultante de riscos futuros previstos no contrato.⁽³⁾

Também esse seria o pensamento do mestre CLÓVIS BEVILÁQUA, devendo-se admitir que o art. 1.460 do C. Civ. é apenas um reforçamento do art. 1.432 do mesmo Código.

1.5 Com efeito, assim se expressa CLÓVIS:

O segurador é obrigado a pagar, ao segurado, a soma pela qual se obrigou no caso de verificar-se o sinistro, segundo o estipulado na apólice, ou simplesmente indenizá-lo dos prejuízos sofridos, de acordo com seu compromisso, não sendo total a perda. Mas não responde pelos vícios intrínsecos do objeto segurado, salvo se, expressamente, a isso se obrigou. Se o seguro determina um risco especial, e o objeto sofrer por acidente diferente, nada tem que indenizar o segurador.⁽⁴⁾

Está claro que, para CLÓVIS BEVILÁQUA, o estipulado no contrato de seguro é que delimita todo o universo das responsabilidades do segurador, em caso de sinistro, isto é, na hipótese de emergir o

⁽²⁾ **Código Civil Brasileiro interpretado**, Freitas Bastos, 1977, vol XIX, pág. 370

⁽³⁾ Idem, ibidem.

⁽⁴⁾ Op. cit., pág. 386.

prejuízo do segurado, em função de evento coberto pela apólice. E tanto isso é verdade que CLÓVIS achava que a assunção da responsabilidade do segurador deveria ser expressa, para que este pudesse ser responsável por vícios intrínsecos. Não haveria, assim, a possibilidade de um seguro tácito, isto é, de o segurador assumir riscos que não estivessem estipulados claramente na apólice.

1.6 Na opinião de SILVIO RODRIGUES, o contrato de seguro é bilateral, oneroso, aleatório e solene⁽⁵⁾; para apresentar a característica solene, ao seu ver presente no contrato securitário, SILVIO RODRIGUES assinala a disposição contida no art. 1.433 do C. Civ., consoante a qual o contrato só obriga depois de reduzido a escrito. Contudo, ORLANDO GOMES acha que o contrato securitário é bilateral, simplesmente consensual e de adesão⁽⁶⁾, argumentando que, de acordo com o mesmo art. 1.433 do C. Civ., considera-se perfeito o contrato de seguro desde que o segurador remeta a apólice ao segurado ou faz nos seus livros o lançamento usual da operação. O caráter de sessão, assinalado por ORLANDO GOMES, parece ter estreita vinculação a circunstância de as condições do contrato de seguro serem imodificáveis pela convenção das partes, isto é, as condições gerais das apólices de seguro estão fora do alcance das disposições de vontade dos contratantes. FRAN MARTINS, advertindo para a disputa doutrinária a respeito do caráter consensual do contrato securitário, afirma que o contrato de seguro é consensual, bilateral, oneroso, aleatório, formal e de adesão⁽⁷⁾.

A opinião de WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO é que o contrato de seguro é bilateral e aleatório⁽⁸⁾.

1.7 Os elementos configuradores do contrato securitário nos permitem identificar:

⁽⁵⁾ **Direito Civil**, Saraiva, 1972, vol. III, pág. 348.

⁽⁶⁾ **Contratos**, Forense, 1975, pág. 493.

⁽⁷⁾ **Contratos e Obrigações Comerciais**, Forense, 1977, pág. 439.

⁽⁸⁾ **Curso da Direito Civil**, Saraiva, 1975, vol. 2º, pág. 328.

- a) a existência de dois pólos subjetivos, o segurador e o segurado;
- b) o vínculo de direito entre um e outro, consistente na obrigação de indenizar, se se verificar a ocorrência de prejuízo em virtude de risco coberto (previsto na apólice);
- c) o risco assumido em função do qual o contrato é celebrado, risco esse definido claramente na apólice;
- d) o prêmio, que é a prestação pecuniária devida pelo segurado ao segurador.

1.8 O contrato de seguro insere-se, segundo a opinião de ORLANDO GOMES, no âmbito do Direito Comercial⁽⁹⁾, bastando a exigência de que o segurador seja uma sociedade por ações para que o contrato se desloque do campo do Direito Civil, para o do Direito Comercial, tornando-o um contrato mercantil.

O contrato de seguro de acidentes pessoais não possui, como o contrato de seguro de vida, disciplina detalhada no Código Civil (arts. 1.471 a 1.476). A regência do seguro de acidentes pessoais está nas condições gerais das apólices, pois são estas os instrumentos dos contratos securitários. As condições gerais das apólices especificam minuciosamente todo o detalhamento do seguro a que se referem, indicando as hipóteses de cobertura, os riscos não abrangidos na amplitude da cobertura securitária, o objeto do seguro, o prêmio e outras cláusulas que obrigam juridicamente as partes. A apólice constitui um sistema fechado de direitos e obrigações, reciprocamente outorgados a aceitos pelo segurador e pelo segurado: em função das disposições contratuais contidas nas apólices é que se dissipam as questões relativas à execução do contrato securitário. No contrato de seguro de acidentes pessoais há, como em todos os contratos, um objeto da estipulação. No contrato securitário de acidentes pessoais, o objeto do seguro é "garantir, dentro dos limites e sob as condições gerais" da apólice e/ou especiais

⁽⁹⁾ Op. cit., pág. 491.

(expressamente convencionadas) "o pagamento de uma indenização ao segurado ou a seus beneficiários indicados, caso venha ele a sofrer um acidente pessoal". (Cláusula 1 — Objeto do Seguro). Essa é uma estipulação-padrão, inserta obrigatoriamente em todos os contratos de seguro de acidentes pessoais, contratados pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros dessa modalidade, no Brasil.

1.9 O objeto do seguro é vinculado à ocorrência de um acidente pessoal. Não basta a existência do contrato de seguro de acidentes pessoais para que venha o segurado a receber a indenização. Para que entre este em função indenizatória, mister se faz verificar a ocorrência de um acidente pessoal, pois somente em tal hipótese é que a apólice fornece a cobertura contratual, de natureza securitária. Na linguagem comum, na semântica usual, tem-se como acidente, quase sempre, qualquer efeito traumático sobre a criatura humana. Tanto que se fala em acidente operatório, acidente vascular, etc. Na linguagem técnica securitária, a expressão "acidente pessoal" possui um significado próprio, perfeitamente definido nas condições gerais das apólices do seguro de acidentes pessoais. É em função de um acidente pessoal, tal como definido na apólice, e somente em função dele, que se movimenta a cobertura securitária dessa modalidade de contrato de seguro. O conceito de acidente pessoal, para fins de cobertura securitária, é este:

Para os fins deste seguro, acidente pessoal é o evento exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de qualquer outra causa, tenha, como consequência direta, a morte ou a invalidez permanente, parcial ou total, do segurado ou torne necessário um tratamento médico. (Cláusula 2 - Conceito, item 2.1).

Dessa conceituação de acidente pessoal, que é a conceituação vigente no âmbito do Direito Securitário, e a que motiva o pagamento de indenização securitária, em virtude de contrato de seguro de acidentes pessoais, pode-se extrair os seguintes elementos constitutivos:

- a) exterioridade — o evento, para que possa ser admitido como acidente pessoal, não pode conter qualquer contribuição volitiva do segurado, pois que deve ser, por definição, exterior a si;
- b) subitaneidade - a subitaneidade é pertinente à exigência do sucesso repentino do evento, sem possibilidade de evasão acautelamento ou aos seus efeitos;
- c) violência — o evento deve ser de tal ordem e natureza que a sua intensidade submeta totalmente a reação do segurado, transpondo-a e subjugando-a;
- d) lesividade — o evento acidentário deverá ser lesionador da integridade física do segurado, daí se verificar a experiência traumática; e
- e) eficácia — diz respeito à produção de efeitos físicos e á variável em intensidade, podendo produzir a morte (eficácia letal), a invalidez permanente (comprometimento irreversível de membro, quer seja parcial ou totalmente) ou apenas tornar necessário um tratamento médico.

Somente o evento que satisfaça, simultânea e completamente, os requisitos contidos no conceito securitária de acidente pessoal ensejará a obrigação jurídica do segurador indenizar o segurado, na proporção da extensão e natureza do dano pessoal. Evidentemente, se o resultado danoso do acidente pessoal for a morte do segurado, a indenização não lhe poderá ser paga, mas sê-lo-á aos beneficiários por ele designados e legalmente habilitados à recepção do valor do seguro.

A cláusula contratual definidora do conceito de acidente pessoal, para fins da seguro de acidentes pessoais, vai ainda mais além, excluindo da abrangência do conceito situações que, à primeira vista, poderiam estar nele compreendidas (Cláusula 2 —Conceito, item 2,2):

- a) doenças, moléstias ou enfermidades, quaisquer que sejam as suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente, por acidente coberto, ressalvadas as infecções e estados

septicêmicos, quando resultantes e ferimento visível, causado por acidente coberto;

b) os denominados acidentes médicos (apoplexia, congestão, síncope, vertigem, edema agudo, infarto do miocárdio, trombose ou outros);

c) as conseqüências acidentais de tratamentos ou exames clínicos, cirúrgicos, medicamentosos, por meio de agentes físicos, raios X, radium ou outros — quando tais tratamentos ou exames não sejam exigidos diretamente por acidente coberto;

d) a contaminação radioativa e/ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes, caracterizadas por doenças, moléstias ou enfermidades, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente, por acidente coberto.

Essas situações, embora pudessem, eventualmente, satisfazer o conceito de acidente, tal como o termo é empregado na semântica usual, não configuram acidente pessoal, para efeito de dispensar a cobertura securitária prevista na apólice de seguro de acidentes pessoais. A cobertura securitária é reservada exclusivamente para os eventos acidentários conceituados na apólice e que tecnicamente se chamam de riscos cobertos e compreendem as lesões decorrentes de:

a) ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto;

b) ataque de animais e os casos de hidrofobia, envenenamentos ou intoxicações deles decorrentes, excluídas as doenças infecciosas e parasitárias transmitidas por picadas de insetos;

c) seqüestro e tentativas de seqüestros, atentados ou agressões, atos de legítima defesa e atos praticados por dever de solidariedade humana;

d) choque elétrico e raio;

e) contato com substâncias ácidas ou corrosivas;

- f) escapamento de gases e vapores;
- g) tentativa de salvamento de pessoas ou bens;
- h) infecções e estados septicêmicos, quando resultantes exclusivamente de ferimento visível causado por acidente coberto; e
- i) queda nágua ou afogamento, (Cláusula 3 — Riscos Cobertos e Excluídos, item 3.1 — Riscos Cobertos).

São esses (e somente esses) os eventos susceptíveis de classificação como acidente pessoal, para efeito de cobertura do seguro de acidentes pessoais.

2 - Limitação Contratual dos Riscos Assumidos Pelo Segurador

2.1 O seguro de acidentes pessoais é contratual. É uma modalidade de seguro privado facultativo; não se confunde com o seguro de acidente do Trabalho, por exemplo, que é realizado obrigatoriamente em favor de empregados em empresas privadas, na Previdência Social. Sendo um contrato, as suas normas de regência são as incluídas no instrumento da avença, sendo esta circunstância de extrema relevância para a compreensão de todos os aspectos a ele referentes. O seguro privado se distingue do seguro social, embora possa inegavelmente ter efeitos sociais. Mas ter efeitos sociais não é o mesmo que ser social. Tal é a condição do seguro privado: ele tem efeitos sociais, mas é contratual, regendo-se por cláusulas prévias, restritivamente interpretadas, no tocante à abrangência da cobertura.

2.2 Os riscos assumidos pelo segurador estão limitados pela especificação do contrato, do que a apólice é o instrumento. A limitação dos riscos securitários tem base legal, fundando-se diretamente nos arts, 1.432, 1.434, 1.435 e 1.460 do C. Civ., dentre outros dispositivos legais.

De acordo com as provisões desses dispositivos do Código, pode-se concluir:

- a) o prejuízo indenizável pelo segurador é o resultante dos riscos previstos no contrato de seguro (art. 1.432 do C. Civ.);
- b) os riscos assumidos são os consignados na apólice de seguro (art. 1.434 do C. Civ.);
- c) as cláusulas das apólices de seguro regularão os contratos securitários (art. 1.435 do CCiv.); e
- d) o segurador não responderá por riscos não previstos na apólice (art. 1.460 do C. Civ.).

2.3 A Jurisprudência Brasileira vem entendendo que a obrigação indenizatória securitária é restrita aos riscos consignados na apólice e assumidos pelo segurador, não comportando as cláusulas do contrato de seguros interpretação extensiva:

O segurador somente responde pelos riscos que tenha sido consignados na apólice e que formam o objeto do contrato, cuja interpretação, dada a sua natureza, é feita restritivamente.⁽¹⁰⁾

2.4 O Tribunal de Alçada de São Paulo fixou orientação no sentido de não admitir que se expanda a abrangência da cobertura securitária, no seguro de acidentes pessoais, para incluir situações fáticas (eventos) que não se compreendam no conceito de acidente pessoal, definido nas condições gerais da apólice:

Se o contrato de seguro de acidentes pessoais conceitua, de modo até exaustivo, acidente como evento exclusivo e diretamente externo, súbito involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, tenha como consequência a morte ou invalidez permanente, não se vê como possa enquadrar-se situação diversa, nos casos de cobertura.⁽¹¹⁾

⁽¹⁰⁾ **O Código Civil perante os Tribunais**. Dirceu A. Victor Rodrigues, vol. II, pág. 147.

⁽¹¹⁾ **Jurisprudência Brasileira**, vol. 3º, págs. 337/338.

2.5 A limitabilidade das riscos assumidos pelo segurador, mediante estipulações contratuais, já foi julgada juridicamente válida pelo Tribunal de Justiça do Ceará, consoante acórdão lavrado pelo Desembargador Antonio Carlos Costa e Silva:

É válida a cláusula inserta em contrato de seguro de acidentes pessoais, exonerativa da responsabilidade do segurador, quanto aos 'acidentes resultantes da prática, por parte do segurado, se atos ilícitos ou contrários à lei', considerados como tais os que contra-venham normas pertinentes à disciplina do tráfego.⁽¹²⁾

2.6 O Tribunal de Justiça do Paraná, no julgamento da apelação cível n. 412/79, de que foi Relator o Desembargador Nunes do Nascimento, assim decidiu, confirmando a limitação da responsabilidade do segurador aos riscos consignados no contrato:

Seguro - Cobertura — Não se há de estender a cobertura a riscos não estipulados no contrato de seguro, cujas cláusulas, neste particular, não comportam interpretação extensiva.⁽¹³⁾

2.7 A propósito da limitação da responsabilidade do segurador aos riscos assumido no contrato, diz magistralmente CLÓVIS BEVILÁQUA:

É este um dos cânones fundamentais do contrato de seguro: a responsabilidade do segurador é limitada ao risco assumido.⁽¹⁴⁾

2.8 Quanto à exigência de o contrato instrumentado na apólice de seguro consignar os riscos pelos quais o segurador se responsabiliza, assevera CLÓVIS:

Risco é o perigo, que pode correr o objeto segurado, em consequência de um acontecimento futuro, estranho à vontade das partes.

⁽¹²⁾ Julgamento da apelação civil n° 13.461 (DJ do Ceará de 10.10.80, pág. 3).

⁽¹³⁾ Boletim Adcoas de 1980, verbete n. 71.229, pág. 407.

⁽¹⁴⁾ **Código Civil comentado por Clóvis Beviláqua**, Francisco Alves, 1957, 5° volume pág. 163.

Os riscos devem ser declarados na apólice de modo preciso, especificando-se a sua natureza a extensão, porque constituem elementos essenciais do contrato. Alguns autores consideram-nos, até, o próprio objeto do contrato. O objeto do contrato é, antes, o ressarcimento do dano, se este se verificar.⁽¹⁵⁾

ARNOLDO WALD observa com percuciência:

A apólice é o instrumento probatório do contrato de seguro, devendo conter a enumeração dos riscos transferidos ao segurador, os dados sobre o prazo de vigência do contrato e as obrigações assumidas pelas partes.

Os riscos cobertos pelo segurador são exclusivamente os constantes da apólice dentro dos limites por ela fixados, não admitindo interpretação extensiva, nem analógica.⁽¹⁶⁾

2.9 O risco, tal como definido na cláusula contratual delimitadora da cobertura securitária, é o elemento axial do seguro. Só pelos riscos cobertos é que responde o segurador.

SAMPAIO DE LACERDA, escrevendo sobre a mais antiga modalidade de seguro, o seguro marítimo, assevera:

É o risco o elemento essencial do contrato de seguro marítimo. Desaparecendo o risco, nulo será o seguro. O verdadeiro objeto do seguro é o risco e não, como comumente se diz, a coisa. Sendo assim, a noção de risco é fundamental para o estudo do seguro em geral.⁽¹⁷⁾

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA afirma que o objeto do contrato de seguro é a risco, não sendo viável o contrato cujo objeto não seja definido. E acrescenta, a propósito da obrigação assumida pelo segurador:

A obrigação principal do segurador é pagar em dinheiro o valor segurado, dentro dos termos da apólice, sem que

⁽¹⁵⁾ Idem, ibidem, pág. 156.

⁽¹⁶⁾ Curso de Direito Brasileiro, Obrigações e Contratos, Sugestões Literárias, 1974, pág. 387, nº 152.

⁽¹⁷⁾ **Curso de Direito Privado da Navegação**, Freitas Bastos, 1969 vol. 1º pág. 315 nº 217.

responda pelos danos resultantes de vício oculto na coisa, nem além dos riscos cobertos⁽¹⁸⁾

3. A Exclusão de Determinados Riscos

3.1 As apólices de seguro de acidentes pessoais, logo ao dar o conceito de acidente pessoal, para os efeitos do seguro (Cláusula 2 - Conceito, item 2.2), indicam eventos que não serão tidos como acidentais. Ao definir o objeto do contrato, isto é, ao discriminar os riscos assumidos (Cláusula 3 – riscos Cobertos e Riscos Excluídos), a apólice indica, por dois processos complementares, a latitude da abrangência da cobertura do contrato; pelo primeiro processo, de indicação positiva, são consignados os riscos cobertos (item 3.1 da Cláusula 3 - Riscos Cobertos e Riscos Excluídos), abrangendo as situações (ou eventos) incluíveis no conceito de acidente pessoal. Pelo segundo processo, de indicação negativa (item 3.2 da mesma Cláusula contratual), são apontados os eventos que estão fora da abrangência da cobertura securitária. A discriminação dúplice é uma técnica que busca exaurir a previsão dos eventos possíveis, isto é, esgotar as hipóteses eventuais de atingir o segurado, indicados que ficam não só os eventos cobertos, como também os descobertos.

3.2 Os riscos descobertos ou excluídos são aqueles que, mesmo podendo produzir efeitos idênticos aos dos riscos cobertos, não proporcionam, contudo, o direito à indenização securitária. Esses riscos estão excluídos do conceito de acidentes pessoais (Cláusula 2 - Conceito, item 2.2) e estão especificados como tais (Cláusula 3 - Riscos Cobertos e Riscos Excluídos, item 3.2, Riscos Excluídos). Ficam expressamente excluídos da cobertura: a hérnia, mesmo de origem traumática, e suas conseqüências; o parto ou o aborto e sua conseqüências, mesmo quando provocados por acidentes; as perturbações e intoxicações alimentares; o

⁽¹⁸⁾ **Instituições de Direito Civil**, Forense, 1970, vol. III, pág. 330.

suicídio e a tentativa de suicídio, voluntários ou involuntários; os envenenamentos, ainda que acidentais, por absorção de substâncias tóxicas, exceto por escapamento de gases e vapores, ou entorpecentes; quaisquer perturbações mentais, salvo a alienação mental, total e incurável, decorrente de acidente coberto; e os acidentes ocorridos em consequência:

- a) de competições em aeronaves e veículos a motor, inclusive treinos preparatórios;
- b) de viagens em aeronaves que não possuam, em vigor, o competente atestado de navegabilidade; em aeronaves oficiais ou militares em operações que não sejam de simples transporte ou de condução de autoridades ou de passageiros; em aeronaves furtadas ou dirigidas por pilotos não legalmente habilitados;
- c) direta ou indireta de quaisquer perturbações mentais, compreendidas entre elas as conseqüentes a ação do álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional ou habitual;
- d) de atos ou operações de guerra, revolução, tumulto ou outras perturbações da ordem pública e delas provenientes;
- e) de tufões, furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;
- f) de quaisquer situações decorrentes dos denominados acidentes médicos ou do tratamento/exames clínicos, cirúrgicos, medicamentosos, etc. (Cláusula 2 — Conceito, item 2.2, letras "b" e "c");
- g) de ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada;
- h) da prática, por parte do segurado, de atos ilícitos ou contrários à lei;
- i) do uso de material nuclear para fins bélicos ou militares, ainda que resultantes de testes, experiências ou no transporte de armas e/ou projéteis nucleares, bem como explosões provocadas com quaisquer finalidades.

3.3 Estes riscos estão excluídos da abrangência da cobertura securitária, na apólice comum de acidentes pessoais. Só se a apólice contiver cláusula(s) especial(ais) prevendo expressamente a inclusão desse(s) risco(s), é que se cogitará do pagamento de indenização securitária, em função dela, se vier a ocorrer um sinistro. Em condições normais, isto é, a praxe comum, longamente repetida, é a de que o seguro de acidentes pessoais não abrange essas riscos. Na ausência de cláusula especial expressa, dilatando a amplitude da cobertura securitária, os danos conseqüentes a esses eventos não ensejam indenização securitária. O conceito de acidente pessoal não abrange tais eventos. Sendo o conceito de acidente pessoal inelástico, não se poderá ampliá-lo para nele incluir eventos não previstos e não abrangidos na conceituação. Todavia, mediante disposição especial e expressa, poderá o segurador assumir riscos extraordinários, para tanto se estabelecendo uma condição específica de cobertura.

3.4 Essas situações descritas como excluídas da cobertura do seguro limitam na verdade o campo da responsabilidade do segurador. Ao segurado cabe a obrigação de abster-se da prática de atos ou envolver-se em situações materiais que sirvam para agravar o risco, isto é, facilitar a ocorrência de um sinistro. A agravação do risco, por ato do segurado, acarreta a perda do direito ao seguro (art. 1.454 do C. Civil), devendo o Juiz aplicar a equidade no exame desses casos, não se deixando levar por meras probabilidades sem fundamento (art. 1.456 do C. Civil).

3.5 Para SILVIO RODRIGUES, o agravamento do risco equivale à inserção de um elemento de desequilíbrio, na equação contratual⁽¹⁹⁾. A exoneração de responsabilidade do segurador, em virtude do agravamento do risco do seguro, já for proclamado pelo Supremo

⁽¹⁹⁾ Op. cit., pág. 355.

Tribunal Federal.⁽²⁰⁾ O dever de abstenção a uma das obrigações do segurado, legalmente imposta (art. 1.454 do C. Civil), e expressa no contrato, ou melhor, transporta expressamente para o contrato.

3.6 CLÓVIS BEVILÁQUA diz que o segurado está obrigado, pelo contrato, a "nada fazer, nem deixar que se faça, no sentido de piorar a posição do segurador."⁽²¹⁾ Piorar a posição do segurador significa ampliar a possibilidade de sinistro, mediante ato do próprio segurado ou sua exposição a situações sinistrógenas.

3.7 Dos riscos excluídos da cobertura securitária dois serão objeto de análise mais detalhada: o suicídio do segurado de acidentes pessoais e a prática, por parte dele, de ato reconhecidamente perigoso e não motivado por necessidade justificada.

3.8 Suicídio do Segurado

O suicídio ou autocídio é a causação da própria morte. Dá-se o suicídio quando a pessoa ocasiona, voluntariamente ou não, a morte dela própria. Múltiplos são os meios propiciadores desse resultado, sendo os mais comuns o uso da arma de fogo, o enforcamento e o envenenamento. A modalidade voluntária do suicídio pertine às situações em que o indivíduo, com plena consciência e assentimento da vontade, põe termo à própria vida. É comum os suicidas deixarem explicações escritas do seu gesto. Outros porém se matam silenciosamente e levam para a sepultura os seus motivos, às vezes recônditos motivos sentimentais, amarguras familiares, crises financeiras, conhecimento de que são portadores de um mal sem cura, desgostos profundos, decepções dos mais variados matizes. Ocorre que pessoas de alto acatamento social, acolhidas e respeitadas, por efeito de "excesso de consciência", numa espécie de "desilusão ideológica" se matam. Um exemplo recente do "suicídio

⁽²⁰⁾ Rev. Forense. 148/297, 133/505 e 133/509, apud SILVIO RODRIGUES, op. cit., ibidem.

⁽²¹⁾ **Direito das Obrigações**, cit. pág. 385, § 165, 2º.

ideológico" — ou suicida por motivos ideológicos —, é o caso do Professor NICOS PULANTZAS, em Paris.⁽²²⁾

3.9 Quase sempre tratado como um caso patológico, pode-se contudo ver no suicida voluntário, em alguns casos, um exemplo de coragem, embora não se faça a apologia do suicídio. O suicida involuntário, pelo contrário, é aquele que, não desejando a própria morte, assume todavia o risco de produzi-la. Um exemplo do suicida involuntário é o do imprudente que pratica a chamada "roleta russa", que consisti em fazer girar completamente, mediante acionamentos incompletos e sucessivos do gatilho, o tambor de um revólver carregado de balas, com o cano da arma encostado no ouvido. Evidentemente o que o exibicionista quer fazer é provocar a admiração dos circunstantes, mas às vezes provoca a própria morte, sem que tivesse voluntariamente desejado tal efeito. Também pratica suicídio involuntário quem se lança à frente de um veículo em disparada, para dele livrar-se, com agilidade, no último segundo. Não quer morrer o suicida involuntário, mas assume o risco de tal efeito, mediante a prática de um ato perigoso.

3.10 A prática do suicídio, em qualquer das suas circunstâncias de voluntariedade, interessa ao estudo do Direito Securitário, em especial ao estudo dos contratos de seguro de vida e de acidentes pessoais. Nos contratos de seguro de vida há a exclusão da cobertura securitária, se o suicídio do segurado ocorre na fluência do chamado período de carência da eficácia do seguro. Todavia, os Tribunais têm entendido que a cobertura securitária é exigível do segurador, mesmo que a morte do segurado ocorra por suicídio e no período de carência da apólice de seguro de vida, a não ser que o segurador prove (o que é bastante difícil, exceto quando o segurado deixa um escrito idôneo) que houve premeditação por parte do segurado, isto é, que o seguro de vida

⁽²²⁾ O Professor Nicos Pulantzas foi um dos mais renomados, talvez mesmo o mais renomado político marxista contemporâneo. Os seus livros principais — "O Estado em Crise", "O Estado, o Poder, o Socialismo", e "Hegemonia e Dominação no Estado Moderno", — estão traduzidos em diversos idiomas, inclusive o Português.

foi contratado pelo segurado com o intuito de fornecer indenização securitária para um evento que já estava deliberado na sua consciência. Tal hipótese estaria regulada pelo art. 1.444 do C. Civil, que prevê a perda do direito ao seguro, "se o segurado não fizer declarações verdadeiras e completas, omitindo circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio". Melhor seria se, ao invés de "segurado", se tivesse empregado a expressão "proponente", pois o risco ainda não está aceito e ainda não se configurou o contrato securitário.

3.11 Esse entendimento dos Tribunais está prestigiado pelo Supremo Tribunal Federal, que inclusive editou Súmula (nº 105) preconizando que, "salvo se tiver havido premeditação, o suicídio do segurado, no período contratual de carência, não exime o segurador do pagamento do seguro." A orientação jurisprudencial tem por base a relevante circunstância de ser praticamente impossível provar a premeditação do segurado, relativamente à contratação do seguro de vida e em função da prévia deliberação de cometimento do suicídio. Por essa razão, o seguro de vida tem a sua eficácia precedida por um período de carência, que é um lapso determinado de tempo, geralmente de dois anos, em que não há a obrigação de indenizar, mesmo que ocorra o evento morte. Esse período carencial temporal tem precisamente o efeito de desestimular a contratação de seguro de vida por suicidas deliberados (voluntários), isto é, evitar que a deliberação de suicidar-se seja reforçada pela perspectiva da indenização securitária, firmada em favor dos beneficiários. Após o decurso de um biênio, reputa-se superada a premeditação.

3.12 Relativamente ao seguro de acidentes pessoais o quadro é diverso: primeiro porque no seguro de acidentes pessoais não há carência e, em segundo lugar, porque o suicídio é um evento expressamente excluído da cobertura.

Assim, no seguro de acidentes pessoais torna-se inviável o êxito da premeditação do segurado pois se ele cometer suicídio, voluntário ou involuntário, não haverá indenização a pagar. No seguro da vida, pelo contrário, haverá cobertura para o suicídio, desde que transposto o período de carência.

3.13 Não há confundir, assim, os dois contratos securitários, pois cada qual tem objeto distinto: no seguro de vida o que se segura é a vida do segurado, devendo o segurador pagar a indenização correspondente, sempre que se verificar o evento morte, ainda que por suicídio, desde que já transposto o período carencial.

3.14 No seguro de acidentes pessoais a indenização esta adstrita não só ao resultado (como no seguro de vida), mas sobretudo à causação desse resultado, que deve ser um acidente pessoal, tal como definido exaustivamente nas cláusulas contratuais. No seguro de acidentes pessoais, o dinamismo indenizatório fica na dependência da causa acidental, sem o que não haverá cobertura, compreendendo-se por causa acidental exclusivamente aquela que satisfizer às exigências previstas na conceituação securitária.

3.15 Teoria do Ato Perigoso Imotivado

As apólices de seguro de acidentes pessoais não conceituam o que deve ser entendido por ato perigoso. Essa ausência de provisão contratual tem levado a uma excessiva subjetivação do conceito de perigo. No julgamento da apelação cível nº 21.642, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, através da sua 1ª Câmara Cível, esposou ponto de vista consoante o qual a periculosidade do ato depende de quem o pratica. No caso posto sob o julgamento da Corte gaúcha, tratava-se da travessia de um rio caudaloso, por um homem afeito ao labor rural ("homem da campanha", na expressão gauchesca). Entenderam os Juízes que, se a travessia de um rio transbordante constituía ato perigoso para o

homem citadino, não era representativo de perigo para o homem da campanha, pois o arrostamento de tais perigos era a rotina da sua vida quotidiana⁽²³⁾.

3.16 Sem entrar no mérito do entendimento exposto pelo TJ-RS, vê-se que os julgadores se afeiçoaram a um critério personalíssimo e subjetivo para avaliar o caráter perigoso (ou não) do ato praticado. Embora não se possa deixar de reconhecer que as condições pessoais têm influência na determinação do grau do perigo, forçoso é admitir, também, que a avaliação da intensidade do perigo pode ser mensurada por critérios quantitativos mais objetivos. Por perigoso há de se ter o ato que a consciência do homem comum, nem herói nem covarde, assim considera. Não se há de exigir que o segurado, a título de evitar a prática de ato perigoso, adquira a obsessão do perigo e passe a ver ameaças em atos apenas fora da rotina. Na apreciação da prova do ato perigoso, o Juiz verificará cuidadosamente as circunstâncias do caso, mensurando cautelosamente a intensidade do perigo, bem como investigando a necessidade da prática do ato. No âmbito do Direito Securitário, tem-se o ato reconhecidamente perigoso e não motivado por necessidade justificada como excludente da indenização, no seguro de acidentes pessoais (Cláusula 3 — Riscos Cobertos e Riscos Excluídos, item 3.2 — Riscos Excluídos, letra "g"). Para que seja excluída a cobertura, em caso de sinistro, faz-se mister verificar se há um consenso em torno do caráter perigoso do ato que motivou o evento. Esse reconhecimento do caráter perigoso é um dado semi-social na avaliação do Juiz. Tem-se como reconhecimento perigoso, o ato temido pelo homem comum; o homem comum não se disporá a saltar da ponte Rio-Niterói, ou a mergulhar na sangria do açude de Orós. Tais atos seriam não só perigosos, como manifesta e reconhecidamente perigosos. A prática da "roleta russa", o manuseio imprudente de arma carregada por pessoa não adestrada, apontar arma para outrem, limpar uma arma carregada, cruzar a linha do

⁽²³⁾ **Jurisprudência Brasileira**, vol. 3. pág. 279.

trem estando aberto o sinal de aproximação de comboio, enfrentar um touro feroz, entrar num prédio em chamas ou ameaçando ruir, etc, são atos que sem dúvida nenhuma sempre representarão perigo, por mais esperto que seja quem os praticar. Mas, a exigência da cláusula securitária, para efeito de exclusão da indenização, é que o ato reconhecidamente perigoso não seja motivado por necessidade justificada. Se a prática do ato perigoso for motivada por motivo altruístico, ou para evitar perigo maior, ou para salvar pessoas ou bens, não se aplica a norma contratual excludente da indenizabilidade do evento. A necessidade justificada absorve a prática do ato perigoso e neutraliza o dispositivo indicador da exclusão da indenização.

3.17 Deve ser recordado em caso de prática da ato eminentemente perigoso, mas plenamente justificado pelos altruísticos motivos que o determinaram; no dia 4 de agosto de 1959, um incêndio de vastas proporções irrompeu na Casa de Saúde Dr. César Cals, em Fortaleza. Os doentes internados no referido hospital teriam morte horrorosa por sufocamento e queimaduras. Um jovem estudante, de apenas 17 anos de idade, JOÃO NOGUEIRA JUCÁ, filho do saudoso Desembargador José Jucá Filho e da sua mulher, Dona Maria Nogueira de Menezes Jucá, chegando ao local do sinistro, corajosa e heroicamente penetrou no prédio em chamas, por repetidas vezes, removendo os internos e isolando os tubos de oxigênio, de modo a evitar explosões. Em consequência da sua exposição ao fogo e das graves queimaduras recebidas, o estudante Jucá veio a falecer no dia 11 de agosto de 1953, precisamente no dia dedicado à classe estudantil, que ele heroicamente dignificou. Posteriormente, a Câmara Municipal de Fortaleza deu a uma das ruas do Bairro da Serrinha o nome de Rua Estudante Jucá, em justa homenagem ao jovem e inesquecível herói. Uma ação como a do estudante Jucá, ornada com a heroicidade, ensejada por motivos exclusivamente altruístas, deve ser sempre lembrada como exemplo de desprendimento e virtude.

3.18 Não é a casos desse tipo, evidentemente, que se destina a norma contratual do seguro de acidentes pessoais, excludente da indenizabilidade do evento. Também não se aplicaria a caso como o da jovem mãe de família do Rio de Janeiro que, tentando evitar a queda de uma criança do terceiro andar de um prédio de apartamentos, despenca ao solo juntamente com o menino que pretendia socorrer.

4. A Súmula 105 do Supremo Tribunal Federal

4.1 Através da Súmula nº 105, o Supremo Tribunal Federal assentou:

Salvo se tiver havido premeditação, o suicídio do segurado no período contratual de carência não exime o segurador do pagamento do seguro.

4.2 A primeira observação a fazer pertine à circunstância de que a referida Súmula diz respeito ao seguro de vida, e não ao de acidentes pessoais, que é de outra modalidade, embora o próprio Supremo já tenha ensaiado estender a orientação da Súmula 105 também a este outro tipo de contrato securitário. Mas deve ser assinalado que, dentre essas duas modalidades de seguro privado, só o de vida é que tem período de carência. Não existe período de carência no seguro de acidentes pessoais, precisamente por visar este tipo de seguro à cobertura de danos pessoais (inclusive a morte) decorrentes de eventos exclusiva e diretamente externos, súbitos, involuntários e violentos. O seguro de vida dá cobertura ao evento morte, qualquer que seja a sua causa, inclusive se vier a ocorrer por suicídio, após a transposição do período de carência. Ora, são dois tipos securitários manifestamente distintos: enquanto no seguro de vida se dá ênfase ao evento final (morte do segurado), no seguro de acidentes pessoais se enfatiza a causa inicial ocorrência de um acidente. O seguro de vida tem maior amplitude de cobertura, pois garante a indenização da morte do segurado, qual quer que seja a sua

causa, ressalvado o suicídio premeditado, como tal entendido aquele praticado voluntariamente nos dois primeiros anos de vigência do contrato. O seguro de acidentes pessoais é mais restrito, só fornecendo cobertura às hipóteses de danos acidentais, excluído definitivamente o suicídio, quer voluntário quer involuntário.

4.3 A respeito do seguro de vida escreveu o Ministro PEDRO CHAVES:

O contrato de seguro de vida, fator econômico e meio de previdência social de tão larga prática hoje, foi de início proibido pela nossa legislação, posteriormente tolerado e finalmente consagrado pelo Código Civil.

Visando proteger a atividade produtora do homem, contra o risco da morte, a lei civil proíbe o seguro contra a morte voluntária e assim considera a que resulta do duelo ou suicídio.

A proibição encontra ampla justificativa na circunstância de serem ambos esses fatos atentatórios da moral social e da lei penal do País, e ainda porque a procura voluntária do risco fere o princípio angular dos contratos dessa natureza, segundo o qual ele deve ser independente da vontade do segurado.

Dá a lei tanta importância à questão da voluntariedade na procura do risco, atribui tanta magnitude à inexistência de nexos entre a verificação do sinistro e a vontade do segurado, que se referindo ao suicídio, que é a morte de alguém por ele mesmo praticada, só o considera voluntário quando executado sob premeditação, por pessoa em seu juízo.⁽²⁴⁾

No mesmo trabalho doutrinário, o Ministro PEDRO CHAVES aduz:

O suicídio involuntário determinado por causas várias que obliteram a vontade do segurado, está compreendido entre os riscos previstos pelo segurador, risco que só pode ser excluído por convenção expressa entre as partes, e por isso os tribunais belgas e franceses, segundo Olavo de Andrade, têm resolvido sempre, que quando as companhias estipulam

⁽²⁴⁾ Parecer datada de 18 de setembro de 1972.

que o contrato ficará resolvido em caso de suicídio, tal cláusula deve ser entendida restritamente, no sentido de só atingir o suicídio voluntário.⁽²⁵⁾

4.4 Contudo, como adverte o Ministro CHAVES, essas conclusões são aplicáveis ao contrato de seguro de vida, mas não ao de acidentes pessoais, cuja cláusula contratual (Item 3.2) frisa expressamente que estão excluídos da cobertura vários eventos, entre os quais o suicídio e a tentativa de suicídio, voluntários ou involuntários. Analisando decisão entendendo que "no (seguro) de acidentes pessoais, também não se exonera o segurador se a morte ocorreu por suicídio-involuntário do segurado", o Ministro PEDRO CHAVES observa que essa decisão se fundou na assertiva do seu eminente relator, que considerou irrelevante a distinção entre o seguro de vida e o de acidentes pessoais. Divergindo desta diretriz que confunde as duas espécies de seguro, PEDRO CHAVES cita doutrina do "eminente mestre Ministro Villas Boas (...), como relator do recurso extraordinário 31.331, salientando tratar-se de seguro contra acidentes pessoais, assim manifestando a sua docência:

Dado o sentido restrito do objeto, no contrato entre a seguradora e a empresa, bem poder-se-ia inserir a cláusula exoneratória, no tocante à perda da vida em acidente, a que o assegurado dessa causa voluntária ou involuntariamente.⁽²⁶⁾

4.5 PEDRO CHAVES observa ainda que 33 sociedades seguradoras estão sob fiscalização do Poder Público e que as condições operacionais dependem de regulamentação oficial. Outra não é a observação de RICARDO BECHARA SANTOS⁽²⁷⁾, que chama a atenção precisamente para a licitude das estipulações contratuais celebradas entre as partes contratantes, sob a égide fiscalizatória do Poder Público, dizendo:

⁽²⁵⁾ R.T., vol 105/223.

⁽²⁶⁾ Parecer citado, VIII.

⁽²⁷⁾ *In* Considerações sobre a Excludente de Suicídio em Seguro de Acidentes Pessoais.

Afinal, as condições de acidentes pessoais excluem, legítima e expressamente, do âmbito de sua cobertura, o suicídio, voluntário ou não.

E não há na lei nenhuma proibição que impeça às partes convenientes, num contrato de seguro de acidentes pessoais, estabelecerem a excludente de suicídio, qualifique-se ou não.

Se existe algo em discussão, diz respeito ao seguro de vida e não de acidentes pessoais. Aliás, o suicídio, voluntário ou não, é incompatível, por si só, com as tarifas e condições do seguro de acidentes pessoais. Condições de cobertura e tarifas essas que são emanadas do próprio Poder Público, qual a Superintendência de Seguros Privados, publicadas no Diário Oficial com força de lei.

4.6 É realmente contraditório que existam normas jurídicas baixadas pelo Poder Público a que se pretenda negar aplicabilidade. As normas operacionais das sociedades seguradoras, baixadas pelos órgãos públicos normativos integrantes do Sistema Nacional de Seguros Privados (DL 73/66, arts. 7º e 8º) possuam eficácia plena, pois inseridas estão elas no ordenamento jurídico, com nível hierárquico comparável ao dos decretos federais. A infração a tais normas regulamentares constitui, na lição do mestre FREDERICO MARQUES, ofensa a Direito Federal, para efeito de admissão de recursos extraordinários⁽²⁸⁾. Na infalível observação do eminente tratadista, a desobservância de normas contidas em regulamentos, regimentos ou decretos significa infração a direito federal objetivo, ensejadora do recurso extraordinário.

Conclusões

I. No seguro de acidentes pessoais a indenizabilidade do dano ocorrido ao segurado está na dependência da causa respectiva, adstringido-se essa indenizabilidade exclusivamente às hipóteses da

⁽²⁸⁾ **Manual de Direito Processual Civil**, Saraiva, 1975, 3º volume, pág. 178.

causação acidental do dano, consoante conceituado na apólice, que é o instrumento do contrato securitário.

II. A responsabilidade do segurador é legal e contratualmente limitada aos riscos assumidos, em função dos quais se estabelece o prêmio do seguro.

III. Os riscos de suicídio, voluntário ou involuntário, e da prática de ato perigoso não motivado por necessidade justificada, dentre outros, estão expressamente excluídos da cobertura securitária deferida pelo contrato de seguro de acidentes pessoais.

IV. É juridicamente relevante distinguir o seguro de vida do seguro de acidentes pessoais, para efeito de apreciação das respectivas coberturas; o seguro de vida cobre a morte do segurado, mesmo que por suicídio, após vencido o período de carência da apólice; o seguro de acidentes pessoais exclui o suicídio da cobertura, quer se dê este evento voluntária ou involuntariamente.

V. É legal, legítima e lícita a estipulação que as partes (segurador e segurado) fazem, relativamente às condições de cobertura securitária, sob a fiscalização do Poder Público, estipulação essa que não pode sofrer elastério interpretativo: o seguro privado não pode ser entendido como substituto da Previdência Social.

VI. Embora possa haver compadecimento da situação dos beneficiários de um segurado suicida, não é jurídico impor à seguradora a responsabilidade pela indenização de um risco que expressamente recusou assumir e pelo qual não percebeu qualquer contraprestação.

VII. As normas constantes das apólices securitárias se integram no ordenamento jurídico positivo com nível de direito federal objetivo.

Bibliografia

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil Comentado**, Francisco Alves, 1957,

_____. **Direito das Obrigações**. Editora Rio, 1977.

CHAVES, Ministro Pedro. **Parecer**, 1972.

GOMES, Orlando. **Contratos**, Forense, 1975.

LACERDA, Sampaio de. **Curso de Direito Privado da Navegação**, Freitas Bastos, 1969.

MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil**, Saraiva, 1975.

MARTINS, Fran. **Contratos e Obrigações Comerciais**, Forense, 1977.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**, Saraiva, 1975.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**, Forense, 1970.

RODRIGUÊS, Dirceu A. Victor. **O Código Civil perante os Tribunais**.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**, Saraiva, 1972.

SANTOS, J. X. Carvalho. **O Código Civil Brasileiro Interpretado**, Freitas Bastos, 1977.

SANTOS, Ricardo Bechara. **Considerações sobre a Excludente de Suicídio em Seguro de Acidentes Pessoais**.

WALD, Arnoldo. **Curso de Direito Civil Brasileiros**, Sugestões Literárias, 1974.